

Avaliação do ensino: espetáculo e diagnóstico

Ailton Pereira Morila
Regina Celia Mendes Senatore

45

Resumo: A avaliação é e sempre foi considerado instrumento importante no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação sofreu, no entanto, um processo de fetichização. O conceito de fetiche pode ser entendido como uma aparência enganosa que naturaliza um lugar social específico mostrando como verdadeiro sua aparência de igualdade e escondendo a essência de desigualdade. Esse artigo tem como objetivo refletir sobre o fetiche da avaliação nas suas facetas de espetáculo e diagnóstico a partir de um resgate histórico do papel da avaliação no cotidiano escolar. A avaliação como espetáculo, importante dentro do projeto republicano brasileiro de educação e construção da Nação e a avaliação diagnóstica, fruto da massiva incorporação de conceitos médicos no campo educacional nos fins do século XIX no Brasil. Este modelo tem implicações e influências até os dias de hoje, como pode ser percebido em recentes conflitos veiculados pela imprensa e até mesmo nas canções populares. Muitas vezes a avaliação substitui a própria educação.

Palavras-chave: Avaliação do ensino; fetiche da avaliação; avaliação diagnóstica e espetáculo; cotidiano escolar.

Evaluation of teaching: spectacle and diagnosis

Abstract: The evaluation is and has always been considered important tool in the teaching-learning process. The evaluation suffered, however, a fetichization process. The concept of the fetish can be understood as a misleading appearance that naturalizes a specific social locus showing true his appearance of equality and hiding the essence of inequality. This paper aims to reflect about the fetish of evaluation in its facets of spectacle and diagnosis from a historical review of the role of evaluation in the school routine. Evaluation as a spectacle, important within the republican project of education and nation building and diagnostic evaluation, the result of massive incorporation of medical concepts in education in the late nineteenth century. This model has implications and influences until this day, as can be seen in recent conflicts appeared in the press and even in popular songs. Often the evaluation replaces education itself.

Keywords: Evaluation of teaching; fetish evaluation; diagnostic and spectacle evaluation; school routine.

Introdução

Manhê! Tirei um dez na prova
Me dei bem tirei um cem
e eu quero ver quem me reprova
Decorei toda lição
Não errei nenhuma questão
Não aprendi nada de bom
Mas tirei dez (boa filho!)



O conceito de fetiche é comum a várias áreas do conhecimento. Neste trabalho ele será entendido como uma aparência enganosa que naturaliza um lugar social específico mostrando como verdadeiro sua aparência de igualdade e escondendo a essência de desigualdade. É um objeto material ao qual se atribuem poderes mágicos ou sobrenaturais, positivos ou negativos.

E assim é no caso da avaliação. A Avaliação enquanto fetiche comporta várias facetas, entre elas podemos citar uma social – do espetáculo que visa moldar a sociedade e gerar e reforçar seu fetiche em âmbito coletivo e outra individual – enquanto diagnóstico, que deixa nas subjetividades suas marcas. A partir de um resgate histórico do papel da avaliação no cotidiano escolar – avaliação como espetáculo – dentro do projeto republicano de educação e construção da Nação e da avaliação diagnóstico fruto da massiva incorporação de conceitos médicos no campo educacional nos fins do século XIX e presente até os nossos dias esse texto tem como objetivo refletir sobre as implicações desse modelo e suas influências até hoje.

Quem não chegou em casa um dia (ou gostaria de) e mostrou para a mãe que tinha tirado um dez? Na possível incredulidade da mesma o boletim ou a avaliação serviria como prova do feito. Era irrefutável como expõe a letra de Gabriel o Pensador. Ninguém me reprova. Sou o melhor. É claro, tudo isto era reforçado pelos parabéns da mãe que eventualmente iria também se vangloriar com alguém do feito do filho.

Sobre os conteúdos e o aprendizado a conversa normalmente não avança, quando muito se pergunta em que disciplina tal nota aconteceu, visto que em algumas disciplinas o 10 é mais valorizado ainda.

Este fetiche da nota não fica somente restrito ao ambiente escolar ou aos processos ensino-aprendizagem, mas avança no todo social. Expressões idiomáticas como “fulano é dez”, “TV nota 10”, “minha namorada é 10” etc. são comuns e denotam este fetichismo da nota impregnado na sociedade.

Qual a significação deste fetiche no processo ensino-aprendizado e no processo avaliativo deste?



A Avaliação como espetáculo

Uma das propostas dos republicanos no final do século XIX era cuidar da educação. Para os mentores da República a educação seria a única via capaz de garantir o bom andamento da nova forma de governo que substituiu a monarquia. Garantiria também o salto do Brasil rumo ao futuro, rumo ao progresso. Rangel Pestana, um dos mentores das reformas educacionais assim se expressava: “pelos frutos - homens educados - se conhece e se renova o arvoredo - o regime” (HILSDORF, 1987, p. 322). A educação caberia então o papel de formar o novo cidadão republicano, para que este desempenhasse seu papel social e garantisse o regime.

A descentralização da educação promovida pelos republicanos encarregou os estados de prover a educação, e cada qual o fez de acordo com suas possibilidades. Mesmo um estado rico como o de São Paulo (lembramos que a o café, plantado principalmente em São Paulo era o produto de exportação brasileiro) não supria suficientemente a população com escolas. Faltavam professores e também edifícios para abrigar tantos alunos.

Os republicanos buscaram então maneiras de propagar a educação para além dos muros das escolas. Uma maneira que encontraram foi descrita por Carvalho (1989). A suntuosidade dos edifícios escolares tinha uma função pedagógica. Serviria a um só tempo para mostrar a importância que a República tinha com a educação e ainda inculcar o valor da educação na nova sociedade. O edifício escolar e a educação eram emblemas da nova ordem e do progresso.

Mas as iniciativas dos republicanos não pararam por aí. A organização de um calendário de datas cívicas e as comemorações destas datas nas escolas tinha um lugar de destaque. Era tanta a importância dada a estas festas escolares que as o Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo preconizava:

Atendendo a que as festas escolares têm por fim interessar o povo na educação da infância e despertar o estímulo e a emulação entre os alunos, os inspetores deverão dar a maior solenidade possível a tais festas e procurar associar a esses atos as autoridades, as famílias, e as pessoas gradas de cada



localidade de seu distrito. (Decreto 248, de 26/7/1894 apud Souza, 1996. p. 229)

Toda a sociedade e, principalmente as autoridades e “pessoas gradas” deveriam ser convidadas para estes eventos.

Um evento chama, entretanto a atenção. Eram os “exames com caráter festivo” (PRESTES, 1896, p.13). A avaliação das crianças não se encerrava entre as paredes da sala, não era somente individual, mas muitas vezes tornava-se um evento festivo, com presença de pais e convidados a exemplo de outras datas festivas.

A prática de tornar os exames não era privilégio das escolas públicas. Na Escola Neutralidade, que serviu de exemplo para os republicanos estes exames festivos eram parte do cotidiano. Hilsdorf (1987, p.233) assim os descreveu:

...exercícios de leitura individual e coletiva, de composições individuais escritas ‘a vista de uma gravura’ ou de composições coletivas feitas oralmente, de leitura de mapas, de manejo de aparelhos científicos e outras provas, eram entremeadas com canções e declamações de poesias.

A avaliação tornava-se assim um espetáculo. Não qualquer espetáculo, mas um espetáculo pedagógico que serviria também para educar a sociedade que assistia a estes exames. A escola republicana, que já se fazia ver através dos seus suntuosos edifícios, se mostrava nestes “exames festivos” como irradiadora de um saber e de um *ethos* republicano. Os exames eram festivos, com poesias declamadas por alunos, demonstrações de ginástica, exercícios militares, representações teatrais e apresentações musicais onde se destacava os hinos escolares cantados em coro e regidos pelo professor de música ou pelo diretor. Desta maneira a escola não se fechava em si, pelo contrário, procurava mostrar-se à sociedade, mostrando com isso o papel que procurava desempenhar junto a esta sociedade. Inspectores, diretores e professores percebiam a importância de se fazer ver, tanto é que estas festas, cuidadosamente espalhadas ao longo do ano letivo eram anunciadas nos principais jornais, procurando atingir boa parte da sociedade, tendo também a frequência de políticos e autoridades convidados individualmente.

Evidentemente a avaliação ganhou contornos bem distintos e muitas vezes díspares no século XX. O estudo dos processos avaliativos ganhou destaque junto às pesquisas educacionais tornando-se hoje um campo específico dentro da área educacional. A própria iniciativa proposta no presente livro demonstra esta preocupação. A história da educação brasileira também. Os escolanovistas pensavam em uma meritocracia e a avaliação seguia este preceito. A avaliação já desempenhou e ainda desempenha a função de diagnóstico.

A Avaliação como diagnóstico

Do mundo do espetáculo, do dar a ver que os republicanos planejaram no âmbito social, a avaliação vai assumindo cada vez mais um caráter individual e particular. A avaliação serve para diagnosticar o sujeito e dirigir o professor em seu planejamento. Para isso o exame, tal qual na medicina.

Logo após a instituição da República, os governantes investem na organização de um sistema de ensino modelar. Signo do progresso, a Escola Modelo centrada na visibilidade e na imitabilidade, na vigilância e orientação, tem no ensino seriado e classes homogêneas sobre um único teto e direção suas características essenciais. Foi uma das responsáveis pela criação do cidadão da República, como escreve Carvalho (1989, p. 7): “A Escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso.” E como já vimos a avaliação como espetáculo teve papel primordial nesse processo.

Um grande entusiasmo pelas possibilidades abertas por meio da Educação podia ser sentido nesse momento. Através da Educação poderia se dar forma a um país amorfo, transformando seus habitantes em povo e constituir, por fim, a nação. Para Carvalho (1989, p. 9), “educar era obra de modelagem de um povo, matéria informe e plasmável conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-lo”.

Símbolo da modernidade – contraposto às trevas que representavam os tempos coloniais – a escola, como afirma Carvalho (1989, p. 23),



... foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso, em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso. Como signo da instauração da nova ordem, **a escola devia fazer ver. (grifos nossos)**

A escola que os republicanos buscavam implementar, visava a construção de uma civilização e tinha como objetivo primeiro tirar o povo das trevas que se encontrava por mais de trezentos anos. Para tanto, cabia à escola disciplinar o sujeito, disciplinar seu corpo, seu pensamento. Disciplinar significa sujeitar-se ou submeter-se à disciplina. Correias que os frades e devotos se flagelam por penitência ou castigo. O conceito de disciplina será montado e aperfeiçoado através da instituição de **quadros de notas**, uniformidade de livros e cadernos, ordem e fiscalização dos recreios e das saídas e entradas de alunos criando assim técnicas de avaliação e controle que não só englobavam as provas como também os comportamentos mais íntimos dos alunos.

Desta forma, as crianças que antes estavam acostumadas a brincar livremente passam a ser vigiadas, controladas e fiscalizadas, quer em pensamento, quer em ações, em todos os momentos, o tempo todo.

O internato pode ser visto como protótipo deste espaço disciplinar dedicado ao corpo. No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente prestavam-se, docilmente, aos ensaios médicos sobre Educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio, laboratório. Separados das famílias submeter-se-ia com exclusividade às criteriosas regras da pedagogia higiênica. O novo homem e a nova sociedade começariam a ser construídos no Colégio. (Costa, 1999, p. 180)

À escola cabia o papel de moralizar e instruir as massas despovoando assim, prisões, hospícios e hospitais.

Educar, não só no âmbito privado, exigia a invenção de uma organização escolar assentada em uma **razão médica**, tornando-se monopólio sobre a formação de meninos e meninas. Discute-se o local apropriado para a construção dos edifícios escolares, qual o melhor modelo a ser seguido, como



racionalizar o tempo das atividades, a alimentação, o recreio, entre outras coisas, como na fala de Souza (1996, p. 111):

Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas. O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos. Ele exige determinadas pautas de comportamento, influencia na percepção e representação que as pessoas fazem dos mesmos, as quais se vinculam, por sua vez, tanto à percepção da disposição material quanto de sua dimensão simbólica. Por entre salas de aula, corredores, pátios e jardins a criança incorpora uma ética e uma corporeidade inscritas no espaço escolar.

A própria disposição dos espaços traz, em si, um projeto de **disciplinarização e apreciação**:

Por detrás dos muros, do portão, das paredes e jardins, a disposição e distribuição do espaço escolar refletem um projeto cultural. Esse projeto, com vistas a civilizar e moralizar as crianças e por extensão, suas famílias, configurou-se nos enquadramentos de cada sala e cada canto do edifício escolar. No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão. A sala de aula é a especificação básica; uma para cada ano do curso preliminar de cada seção. A cada sala corresponde um grupo de alunos do mesmo grau de adiantamento e um professor, e, as vezes, um auxiliar. Espaço fixo, a sala de aula estabelece a correspondência sala-classe, base da escola graduada. (SOUZA, 1996, p. 125)

Base da escola graduada **disciplina, ordem e comparação** são balizadoras de aprendizagem dentro do contexto da pedagogia higiênica, como afirma Souza (1996, p. 132):

A ordem e a disciplina são constitutivos da cultura escolar que se encontrava em construção nos grupos escolares. São requisitos de ordem pedagógico político. Em primeiro lugar, disciplina e ordem são indispensáveis para o ensino simultâneo, obedecendo pois, a uma dupla racionalidade didático-pedagógico: a condição para realizar o ensino e os meios para alcançar as mais elevadas finalidades da escola primária - civilizar e moralizar.



Não bastava disciplinar o corpo e o pensamento. Criar uma nova ordem espaço-temporal era primordial para se atingir a transformação da massa amorfa em Nação. Disciplinar o tempo, racionalizando e classificando era necessidade básica na opinião de Costa (1999, p. 182): “Neste espaço físico, cronometricamente pensado para produzir ordem, deviam mover-se obedecendo a um tempo não menos rígido e calculado”.

Não haveria espaço para o nada. O nada é perigoso, permite às crianças pensar, brincar, ficar na ociosidade. No tempo disciplinarizado não há espaço para o ócio. “O ócio é a mãe de todos os vícios” diz o dito popular. Espaço e tempo devem ser racionalmente preenchidos por atividades físicas e mentais.

E cabia à escola **inserir e examinar** uma nova ordem disciplinar na criança, implicando na utilização de exercícios físicos e brincadeiras selecionadas com fins específicos:

No colégio, a higiene procurou corrigir este hábito. A recreação deveria ser formativa. De preferência estimular o corpo e o espírito mediante a escola seleta das brincadeiras, exercícios e distrações. Nada podia ser deixado ao acaso (COSTA, 1999, p. 183).

A preocupação em preencher o tempo livre era profilática, segundo Gondra (2000, p. 536): “... a preocupação com o preenchimento do tempo livre é um princípio caro à higiene, na medida em que o tempo cheio e ocupado especialmente pelos exercícios físicos, era entendido como uma eficaz medida preventiva.”

A regra fundamental para o funcionamento desta escola era a separação das crianças por sexo e idade. Os exercícios físicos deveriam ser prescritos levando-se em conta a idade e o sexo das crianças. Comum a todos deveria ser a ginástica. Às meninas cabiam aulas de canto, declamações e piano. Aos meninos, saltar, carreira, natação, equitação e esgrima, segundo Souza (1996, p. 136). Sobre a educação da menina, prossegue: “Dóceis e afáveis, a rígida educação feminina advinda da família encontra ressonância na escola; o mesmo não se passava com os meninos para os quais a ação civilizadora da escola impõe-se com maior veemência.”



A educação das meninas deveria ter em mente as mulheres, mães do futuro, mães que resgatassem a maternidade do criminoso descaso herdado da Colônia. Para Souza (1996, p. 135-6),

... a rua e a casa singularizam o universo de educação dos meninos e meninas no final do século passado. No entanto, as representações morais gestadas nesse período estavam cada vez mais condenava a rua como um lugar de correrias e diabruras, de perversão e vagabundagem. A 'grande internação da infância' como se referiu Ariès, é uma ação contra o vagar pela rua e o aprisionamento das crianças em instituições disciplinares como a escola. As meninas cuja educação familiar se aproximava mais do padrão de comportamento exigido pela escola não eram vistas como problemáticas.

A divisão por faixa etária era vista como possibilitadora do controle da sexualidade, além de conceituar a criança em evolução que necessita de cuidados e implica na importância significativa do médico no acompanhamento desse desenvolvimento. Costa (1999, p. 186) afirma que “a educação higiênica, mediante essa manobra, procurava fazer com que as crianças aprendessem a retirar do comportamento social burguês benefícios e prazeres físicos”.

Aos poucos, foi-se substituindo os castigos físicos, símbolo da ordem colonial, pela emulação e persuasão amistosa. Afeiçoando-se ao aluno, cabia ao professor liderá-lo, não por temor, mas pelo conselho e tornando-se modelo a ser seguido.

Castigos e prêmios também poderiam ser utilizados para se atingir a disciplina esperada. Castigos não mais físicos, mas que aviltavam a alma da criança. Passar um aluno do lugar inferior para um superior, tecer elogios frente a sala, distribuir cartões de boas notas, merecimento e louvor, **a utilização de quadros de honra estampando os nomes dos melhores**, são apenas algumas das formas possíveis de prêmios instituídos com o objetivo de manter a ordem e a disciplina.

Quanto aos castigos, também muito variáveis, temos: admoestação particular, **más notas nos boletins**, retirada de boas notas, privação do recreio, repreensão da comunidade, exclusão e expulsão da escola.

Imaginemos uma escola assim:



7:00 horas da manhã. As crianças se agitam, passando de lá para cá. De repente uma campainha toca. Gritos. Todos em fila, por ordem de tamanho. Meninos de um lado e meninas de outro. Silêncio. O corpo petrificado. Deixar de lado a agitação, só o silêncio e a fila. Da sala dos professores vem ela e se põe à frente. Organiza põe em ordem. Ordena e avalia.

À frente de seus pequenos-adultos a professora vai toda prosa. **Confere** os uniformes e a limpeza das unhas.

Sobe as escadas em direção à sala de aula. Nada é permitido. Tudo é censurado, **avaliado e comparado**. Caminhar atrás da professora é preciso. Ai de quem ousar falar! Sala da direção! Exposição! Livro negro! Exclusão!

Em sala a rotina do dia a dia se imprime:

-- Coloquem o caderno de casa em cima da mesa!

-- Abram o caderno de classe e escrevam o cabeçário!

Cadernos iguais, encapados igualmente! Tudo cheira ordem. Ordena, examina e aprecia.

Um caderno com orelhas e sujo. A professora se indigna. Só podia ser ele. Claro, filho de quem é! Avalia.

Além do mais, ele nunca vai ser nada na vida.

-- Esse é caderno que se apresente?

O menino abaixa a cabeça. Aquilo, sempre e sempre. Vergonha e humilhação. Só.

E as horas vão passando... É um tal de cha, che, chi, cho, chu... Os pensamentos vão longe. Cópia, ditado e **aferição**. Nem se quer têm tempo de brincar.

O corpo deve ser submetido mas o pensamento fica solto, livre.

Novamente a campainha. É hora do lanche. As crianças esperavam atentamente. Todos se levantam felizes. Pode-se respirar. De repente gritos. A professora manda que todos se sentem novamente, afinal, ela não havia ainda dado permissão para sair. **Julga**. Ordena. Fila. Chateação. Agora, sim, podem sair.

Na volta o mesmo ritual: fila e silêncio. Todo prazer fica no pátio, no recreio. (Quando isso ainda é possível.)



A primeira da fila, de mãos dadas com a professora, uma menina, com cachos dourados. De mãos dadas se sente protegida. Protegida do quê? Talvez dos gritos ensurdecedores da professora. Afinal, ou você está ao lado dela ou contra ela. Teme ser exposta, faz tudo, repete tudo. E se sai bem. Ao terminar as lições, algumas crianças, buscam escondido manter sua integridade mental desenhando uma pequena figura nas costas de um trabalho já realizado. Como resistir frente a tanta ordem e exames? Como manter o desejo de aprender vivo, frente a tantas adversidades?

Seu olhar é tão triste quanto o da professora. A criança repete para não ser punida ou exposta. Está morta. Morta de medo. Repete, repetição. Cresce e repete por toda a vida. Sem autonomia de pensamento.

Caderno com flores e letra impecável. Aluna preferida da professora. Sem pensar, repete e aceita. E, ai de quem não repetir, repete.

Não se tem muito a fazer dentro dessa sala de aula. É como o destino dentro da tragédia: não se pode fugir dele. Repetir, repetente. É só.

Essa breve história pode parecer para muitos, coisa do século passado. Mas isso é um ledor engano. Mudaram-se os métodos, discutiram-se metodologias e formas alternativas de **avaliação e ensino**, como se esses fossem os únicos problemas da educação. Mas não se mudou as relações, fundamentais para uma verdadeira mudança no campo educacional.

A descrição da sala de aula feita acima é apenas uma, de muitas já feitas sobre a escola. Ela é elucidativa de uma questão: nesse cenário nos parece que o fracasso representa uma questão de sobrevivência psíquica e do próprio Desejo de Conhecer. E por que nossa sociedade percebe o fracasso como problema?

Que tipo de avaliação se enquadra dentro desse projeto educacional que não está comprometido com a autonomia e nem com a construção de um juízo crítico, gerando submissão, resignação e a crença no Outro como único a decidir o que fazer sobre o destino individual e coletivo?

Se os Sujeitos abrirem mão da criatividade e do interesse até mesmo de investirem sentidos, isto pode ser resultado de um projeto pedagógico que “corresponde ao adulto normalizado, ‘infantilizado’, de uma civilização que



proclamou com o seu ideal o rigor da educação das suas crianças.” (FERNANDEZ, 1994, p. 17)

Na escola os aspectos espaciais e arquitetônicos, com seus muros e portões, corredores, salas que dão para um corredor vigiado tem relação com o discurso médico da época. Avaliar passou a significar diagnosticar e a partir desse diagnóstico o professor deveria buscar a cura.

Segundo Hashiguti (2008) os exames tornaram-se ferramentas para dar visibilidade ao indivíduo e criar a ilusão da diferenciação. A partir dos exames um sistema de punição e recompensas foi criado bem como formas de prender e adestrar os indivíduos dentro do sistema. A avaliação gera um processo de provação, punição e recompensa. É um processo violento excludente e sem sentido.

Fila para entrar e sair da sala. Fileira de carteiras com lugares marcados. Do companheiro da frente, só a nuca. A relação pedagógica se dá entre o professor – o Outro que decide – e o aluno. A relação aluno-aluno é impedida pela própria organização do espaço.

O controle das atividades corporais através do rigor dos sinais: sinais de entrada e saída. Racionalização do tempo com o manuseio sincronizado do material escolar e ritmo coletivo de leitura e escrita.

Postura corporal adequada no sentar, escrever, ao referir-se ao professor, ao colega.

Asseio em relação ao caderno e aos livros didáticos mantendo uma bela caligrafia, tendo a rapidez como virtude. As crianças tidas como lentas são muitas vezes deixadas para trás. Atrapalham a sala. Na escola, como na sociedade, vale aquela máxima: “tempo é dinheiro”.

Corpo dessexualizado, encoberto por um guarda-pó, escondido atrás da “tia”. Sancionando as diferenças sexuais através do desmentido, anulando a corporeidade de professoras e alunos. Colocando a professora num antagonismo estrutural entre “tia” - receptiva, solteirona - e mãe.

A escola como instituição disciplinar visa a disciplinarização do corpo, da palavra e do desejo.



E qual o papel do erro dentro desse cenário? Diferentemente de pensar o erro como estruturante, como transformador e possibilitador de aprendizagens, o erro aqui aparece como algo que deve ser evitado, estereotipado e se possível eliminado. O erro dentro da avaliação diagnóstica representa um sintoma a ser tratado para que possamos alcançar a cura.

Anete Abramowicz (1995, p. 34-8), ao trabalhar com o erro na escola elenca o que chamaria dos dez pecados educacionais, pecados que não devem ser cometidos pela criança competente, uma vez que só as repetentes podem errar:

1. As crianças erram porque omitem alguma letra ou som ao falar e/ou escrever. Já imaginou você com a cara da Néia e a Néia com a sua cara?' (Fala a professora após uma criança trocar uma letra ao escrever). A criança não espera o final da instrução, esquece de preencher algo, faz a mais, não faz idêntico ao modelo e erra. A reação da professora varia entre um grito de 'eu não mandei fazer' (...)
2. A criança se distraí e erra.
3. As crianças repetem exatamente o processo pelo qual são ensinadas e erram.
4. As crianças erram porque inventam, experimentam, criam.
5. Erram porque buscam sentidos, atribuem outros ou por 'atos falhos', associações livres e bloqueios.
6. Erram porque estão aprendendo, mas a professora desconhece os processos pelos quais as crianças aprendem ler e a escrever.
7. Erram porque o certo é arbitrário, depende das vontades de quem ensina.
8. Erram porque resistem, porque querem, por puro acaso.
9. Erram porque não entendem. E esse é o mais grave em termos da reação da professora.
10. Erra.

Ao final de uma explicação de um conceito, um aluno diz ao professor que não entendeu o que foi explicado. Segundo Aquino (1997), três poderiam ser suas reações: na primeira o professor poderia tomar a fala do aluno como afronta pessoal e em resposta chamaria sua atenção na frente dos demais para não perder sua autoridade. Interpretaria esse não entendimento do aluno como distúrbio de comportamento.

Uma segunda reação seria encarar a pergunta como um déficit cognitivo. Por dever repetiria a explicação quantas vezes fosse possível. E pensaria em distúrbio de aprendizagem.



Na terceira possibilidade a professora pensaria ser o não entendimento fruto do ambiente extra-escolar inadequado. Distúrbio de ajustamento. Talvez em nenhum momento ele pare para se perguntar como está sendo sua relação com esse aluno e com o conhecimento. Talvez faltem perguntas, assumir o que não se sabe. Ainda na procura de culpados...

Desta forma o erro, o perguntar se tornam subversivos, dentro de uma educação disciplinar. E como não errar? Que tipo de funcionamento mental é esperado do aluno considerado competente-fracassante?

A escola, ao valorizar por um lado, passividade, dedicação e capricho, em detrimento a agressividade, a vivacidade e o relaxamento, não exclui o menino da competência? Não são esses valores já esperados das meninas? A menina fala pouco, pouco participa, na maioria dos casos. Seriam elas as que mais são consideradas competentes pelas professoras? Uma professora ao relatar seu maior sonho me disse que queria ter uma sala só de meninas. Um sonho! O que será que está por trás dele? Qual seu conteúdo latente?

Segundo Fernández (1991) a escola produz em seu seio dois tipos de repetentes, expulsando dela o aprendiz e o desejo de saber.

Um repetente considerado exitoso e outro fracassante. Como vimos na história de abertura desse trabalho, a menina, por repetir tudo o que a professora diz é considerada como boa aluna – competente. Enquanto que, as crianças que não repetem e se negam a repetir são chamadas de repetentes fracassantes e nesse caso, sim, devem ser encaminhados ao psicopedagogo ou terapeuta.

O repetente fracassante é visto como patológico sofrendo problemas de ordem individual e/ou familiar, e portanto deve ser tratado. A adaptação à escola, segundo alguns estudiosos, pode ser um sintoma de neurose, e mais, encontramos agora uma nova enfermidade que não necessita ser tratada, porque valorizada socialmente.

Não foi à toa que nossa história procurou mostrar o desempenho de meninos e meninas na sala de aula e sua relação com a professora. Dentro da sala de aula, meninos e meninas têm destinos diferentes. As meninas têm mais chance de se sair bem na escola, em consequência ao próprio modelo em que



a escola se assenta. O comportamento esperado do aluno competente em muitas vezes se aproxima das competências esperadas socialmente da menina. Limpeza, ordem, capricho e letra impecável. Disciplina e não utilização do corpo.

O menino de nossa história é um sério candidato ao fracasso.

Essas ideias sustentam a hipótese de que os meninos são expulsos da escola como fracassantes à partir do momento em que se valoriza um tipo de comportamento que se aproxima muito do comportamento esperado socialmente da menina.

As palavras apreciar, examinar, aferir, estimar, julgar, prezar, conferir e comparar não foram destacadas no texto de forma aleatória. Se tomarmos o dicionário perceberemos que elas são sinônimos de avaliação. A avaliação portanto torna-se ato contínuo no cotidiano escolar. Não se encerra na “semana de provas” ou no “exame final”. A todo momento o aluno está sendo examinado, julgado, comparado, prezado ou desprezado, enfim avaliado.

Mas e a visão de avaliação como espetáculo? Perdura ainda nos dias de hoje apesar de todas as transformações?

O espetáculo não pode parar

Janeiro é um período de festas nos colégios e cursos pré-vestibulares no Brasil. A razão é uma só: o vestibular.

Apesar de muito questionado e terem surgido nos últimos anos alternativas para o ingresso no ensino superior, o vestibular é ainda a principal via de acesso ao ensino superior público ou privado no Brasil. O surgimento de incontáveis cursos pré-vestibulares, os famosos cursinhos é prova inconteste da importância do vestibular na educação brasileira. Estes cursos foram criados com o único intuito de aprovar o aluno no sistema avaliativo mais conhecido do país. Muitas escolas de ensino médio já incorporaram o curso pré-vestibular dentro da carga horária regular, e não é exagero dizer que muitos cursos de ensino médio são voltados exclusivamente para a aprovação



no vestibular. Três anos de estudo com o único objetivo de ser aprovado em uma única avaliação: o vestibular.

Não é sem razão que estes colégios e cursos organizem festas no período em que saem os resultados do vestibular. O discurso expresso é parabenizar seus alunos. Evidentemente a festa tem o intuito também de mostrar-se a sociedade. Mostrar a eficiência desta escola, assegurando assim uma fatia do mercado no caso de escolas privadas. Esta festa de aprovação torna-se peça de campanha publicitária. Um espetáculo.

Espectáculo este que “concentra todo o olhar e toda a consciência” como afirma Debord (2003, p. 14) e ainda “é o foco do olhar iludido e da falsa consciência”. Assim a escolha da escola para os filhos se concentra apenas no espetáculo da aprovação, no espetáculo da avaliação. Pouco importa a formação que o adolescente irá ter no período de três anos do ensino médio. Pouco importa as relações sociais que este poderia construir. O “foco do olhar iludido” concentra-se na avaliação, e na aprovação.

Não obstante esta escolha inicial pela escola “que mais aprova” para usar uma expressão corrente, a cada ano, a cada momento esta escolha é justificada pelo próprio espetáculo como enfatiza Debord (2003, p. 15): “Ele [o espetáculo] é a afirmação onipresente da escolha *já feita* (...) O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação.”

Apesar disto, e em afirmação a isto, o adolescente tem sua formação, constrói relações sociais, enfim molda seu futuro. Assim enquanto pais e educadores preocupam-se com a aprovação no vestibular.

Longe de resolver esta questão os múltiplos exames adotados desde o final do século XX agravaram esta situação.

Inserido em uma perspectiva neoliberal de marco regulatório, uma série de exames nacionais e estaduais foram sendo adotados na educação básica e superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) preconiza em seu artigo 9º: “VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração



com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.”

Assim, temos na atualidade exames de caráter nacional como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que avalia o desempenho de estudantes no ensino superior, o *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM) e a prova Brasil que avalia censitariamente alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental público e ainda a Provinha Brasil, que avalia o nível de alfabetização das crianças, após um ano de escolaridade.

Além destes, cada estado possui outros sistemas de avaliação concomitantes. Exemplos disto são o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), o **PROEB** (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica) em Minas Gerais, entre outros.

Cabe ressaltar que recentemente o Enem vem sendo usado por Instituições de Ensino Superior para ingresso em cursos de graduação seja em substituição ao vestibular ou em composição com ele. Além disso, estes exames afetam também os professores. Pressões políticas e até econômicas são utilizadas tanto em escolas públicas quanto particulares.

Da mesma maneira que percebemos para o vestibular os resultados das diversas avaliações são transformados em espetáculos e peças publicitárias. Quem nunca viu um outdoor com informações do tipo “melhor nota do Enem”, “um dos melhores do país” e muitos outros?

Não se trata entretanto de questionar a avaliação em si. Sabemos que os processos avaliativos tem sua importância nos processos de ensino-aprendizagem como já foi afirmado, mas quanto ao tomar a avaliação como espetáculo, como única razão do processo ensino-aprendizagem.

Podemos perceber isto a partir de uma notícia intitulada “dez melhores universidades do país são públicas”:

A divulgação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) referente a 2009 revelou que as 10 melhores universidades do País são públicas. A Federal de São Carlos (UFSCar) lidera a lista, seguida da Federal de Viçosa (UFV). (**O Estado de São Paulo**, 13 de janeiro de 2011)



O Enade, como o próprio nome revela, é um exame do desempenho do aluno, e compõe junto com outros dados para a qualificação de uma instituição de ensino superior que leva em conta dados como corpo docente, produção, extensão entre outros. A simples nota no Enade não qualifica uma instituição como melhor.

Em outra notícia cuja manchete é “Confira os 10 melhores cursos de Direito e Administração do País, segundo o Enade” (**O Estado de São Paulo**, 13 de janeiro de 2011) percebemos a relativização “segundo o Enade”. Apesar disto, e da mesma maneira que a anterior, o Enade não avalia cursos e sim desempenhos de estudantes.

Este fetiche da avaliação pode ser também percebido a partir de outro ângulo, o da relação professor-aluno. Vejamos as notícias abaixo:

Aluno teria se revoltado por causa de uma nota baixa. A professora sofreu fraturas nos braços e ferimentos no rosto.

Uma professora com medo de voltar para a sala de aula. Ela foi espancada com socos e até uma cadeira. Sofreu fraturas nos braços e ferimentos no rosto.

O aluno suspeito da agressão se apresentou à polícia e vai prestar depoimento nesta tarde. Ele tirava notas altas e **não gostou de tirar uma nota C.** (SCHÜTZ, 2010) (**Grifos nossos**).

Professor apanha após reprovador estudante

Um professor de história foi agredido por um aluno na Escola Estadual Poeta Manuel Bandeira, em Recife, na noite de quinta. Henrique de Souza, de 28 anos, **reprovou o aluno** Emaxwell dos Passos, de 23 anos. Revoltado, o rapaz deu tapas e murros no professor. "Após saber que foi reprovado em quatro matérias, ele me deu dois tapas nas costas, e depois um soco no olho direito". (**Diário de São Paulo**, 07 de Janeiro de 2011). (**Grifos nossos**).

Algumas vezes esta agressão tem consequências fatais:

Aluno mata professor por discordar da nota

Estudante do quinto período do curso de Educação Física esfaqueia seu professor no peito e foge de moto.

(...)

Acredita-se que o motivo do crime seja a insatisfação do aluno



com as notas recebidas ... (Paperblog, 08 Dezembro 2010)
(Grifos nossos).

Considerações finais: O fetiche da avaliação

Historicamente a avaliação no Brasil ganhou contornos de espetáculo e de diagnóstico. Fruto de um projeto modernizador da sociedade, iniciado na República, transformado e reforçado ao longo do século XX, esta avaliação diagnóstico e espetáculo é, como vimos, presente até os dias de hoje.

A avaliação diagnóstica, realizada no dia a dia pelo professor e demais agentes educacionais, muitas vezes sem os mesmos perceberem, moldam a subjetividade da criança de forma indelével. A esta avaliação individual soma-se a avaliação espetáculo, coletiva e social como vimos. Esta avaliação espetáculo reforça e corrobora a avaliação diagnóstico expondo ao social os competentes-repetentes como vencedores, silenciando sobre os repetentes-fracassantes.

O diagnóstico e o espetáculo naturalizaram e naturalizam a avaliação e a própria desigualdade aparentando uma igualdade, afinal a avaliação é igual para todos.

A avaliação substitui a própria educação. Discutem-se resultados da avaliação e não a educação. Melhorar notas, melhorar índices, aumentar a aprovação. O professor, os pais e a sociedade exigem, os alunos reivindicam e muitas vezes brigam por este objeto que parece adquirir poderes mágicos.

Em outras palavras, a avaliação torna-se um fetiche. Como todo fetiche ele implica em uma perda.

O que se perdeu com este fetiche da avaliação?

O desejo de saber, o desejo de conhecer, a criatividade, a autonomia de pensamento, de escrita e ação.

Perdeu-se enfim o que a escola deveria ser.

Referências

ABRAMOWICZ, A. **A menina repetente**. Campinas: Papyrus, 1995.



Aluno mata professor por discordar da nota. **Paperblog**. 08 Dezembro 2010. Disponível em <http://pt-br.paperblog.com/aluno-mata-professor-por-discordar-da-nota-44003/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – 9.394/96. Brasília – 1996

CARVALHO, M. M. C. de **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Confira os 10 melhores cursos de Direito e Administração do País, segundo o Enade. **O Estado de São Paulo**. 13 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/vida,confira-os-10-melhores-cursos-de-direito-e-administracao-do-pais-segundo-o-enade,665803,0.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 2003. Disponível. <http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

Dez melhores universidades do País são públicas. **O Estado de São Paulo**. 13 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/vida,dez-melhores-universidades-do-pais-sao-publicas,665821,0.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

FERNÁNDEZ, A. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERNÁNDEZ, A. **A mulher escondida na professora**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GONDRA, J. G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HASHIGUTI, S.M. O discurso médico e a patologização da educação. In: **Trabalhos em lingüística aplicada**, vol.48, n. 1, Campinas, Jan/ Jun, 2009.

HILSDORF, M. L. S. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. Tese de doutorado. São Paulo, FEUSP, 1987.

PRESTES, G. **Relatório da Escola Normal de São Paulo**. São Paulo, 1896.

Professor apanha após reprovar estudante. **Diário de São Paulo**. 07 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.diariosp.com.br/conteudo/2011/01/19812-professor+apanha+apos+reprovar+estudante.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

SCHÜTZ, I. Aluno teria se revoltado por causa de uma nota baixa. A professora sofreu fraturas nos braços e ferimentos no rosto. **Santana Agora**. 12 de novembro de 2010. Disponível em



http://www.santanaagora.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=3225:bate&catid=28:current-users&Itemid=50. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização: Um estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em educação) – FEUSP, São Paulo, 1996.

Ailton Pereira Morila

ailton.morila@ufes.br

Doutor e mestre em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Graduado em história pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador do Prometheus – Núcleo de Estudos Críticos (UFES). Professor permanente do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica do CEUNES-UFES.

Regina Celia Mendes Senatore

regina.senatore@ufes.br

Doutora e mestre em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP) e pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador do Prometheus – Núcleo de Estudos Críticos (UFES). Pesquisadora do NUSEX – Núcleo de Estudos da Sexualidade (UNESP). Professora permanente do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica do CEUNES-UFES.

Recebido em: 07.10.2016

Aprovado em: 25.11.2016

